



REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Políticas Sociais
para todas as pessoas
que precisam

Relatório Semestral da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único



RELATÓRIO SEMESTRAL DA REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO

(Primeiro semestre de 2025)

Brasília, junho de 2025.

CRÉDITOS

Secretaria-Geral da Presidência da República

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome**

Secretaria-Executiva - SE

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro
Único - SAGICAD

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Controladoria-Geral da União

Advocacia-Geral da União

Projeto Gráfico e Diagramação

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Fotografias

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados
e Apoio à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa
Família e do Cadastro Único (DARE/SE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
PLANO DE AÇÃO 2025	7
AÇÃO 1 - Organização das Missões Institucionais	10
AÇÃO 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único	19
AÇÃO 3 - Enfrentamento à Desinformação	25
AÇÃO 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e da Fiscalização	27
AÇÃO 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social	31
AÇÃO 6 - Fortalecimento da participação social nos programas usuários do CadÚnico e das condicionalidades do programa Bolsa Família	34
Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade	37
Grupo Técnico 2 - Orçamento Fiscalização e Estruturação do SUAS	39
Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do BPC	41
DESTAQUES DAS ATIVIDADES REALIZADAS	
PELA RFBC NO PRIMEIRO SEMESTRE	43
CONCLUSÃO	46
CATÁLOGO DE NOTÍCIAS	48
AGRADECIMENTOS	58

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC), instituída pelo artigo 13 da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e regulamentada pelo Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023, nasceu com o objetivo de coordenar estratégias para o aprimoramento e qualificação do Cadastro Único e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família, para com isso, expandir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social aos Programas Sociais do Governo Federal.

Esse esforço interministerial e intersetorial, envolve distintos ministérios e secretarias estratégicas, conforme composição a seguir:

- **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):** Secretaria – Executiva (SE), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD);
- **Advocacia-Geral da União (AGU);**
- **Controladoria-Geral da União (CGU);**
- **Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR);**
- **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);**

O envolvimento de todas essas pastas ministeriais é incorporado em reuniões e articulações, com o efetivo engajamento de outros órgãos e entidades, como o Ministério do

Planejamento e Orçamento, a Defensoria-Pública da União, a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, os Tribunais de contas dos estados, o Conselho Nacional de Assistência Social, entre outros.

Seguindo os pressupostos da não criminalização da pobreza, da evolução dos cruzamentos de dados, de ações estruturantes para o combate a fraudes e de estratégias para a estruturação do SUAS, foi estruturado um plano de ação para o ano de 2025 publicado por meio da [Portaria n° 1.066, de 18 março de 2025](#) observando o disposto no Artigo 10 do Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023 que prevê a elaboração de plano anual de atuação da Rede.

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por avanços significativos na atuação da RFBC, a partir do desenvolvimento de uma agenda que reafirma suas diretrizes, além de fomentar a participação social e o levantamento de boas práticas de gestão e controle social no SUAS.

Nesse sentido, este relatório, em atendimento ao disposto no § 2º do Decreto nº 11.762/23, apresenta um panorama das principais atividades realizadas no período, destacando as articulações realizadas, os resultados alcançados e o planejamento das atividades previstas no âmbito da RFBC para o segundo semestre de 2025.



PLANO DE AÇÃO 2025

A primeira reunião ordinária da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) foi realizada no dia 4 de fevereiro de 2025, no auditório do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em Brasília.

Durante esse encontro, foi aprovado o Plano de Ação para o ano de 2025, um marco estratégico para o fortalecimento da governança e da integridade dos programas sociais e que foi publicado no Diário Oficial da União por meio da [Portaria nº 1.066, de 18 março de 2025.](#)

O Plano de Ação aprovado se estrutura em **três eixos**:

Prevenção: Atuar de forma antecipada na detecção de riscos;

Fiscalização: Promover o alinhamento de procedimentos de monitoramento e de fiscalização;

Qualificação: Promover a qualificação das bases de dados e da gestão descentralizada a partir do fortalecimento do controle social.

Além disso, o Plano se arquiteta a partir de **seis ações estratégicas e três grupos técnicos**:

Ação 1 - Organização das Missões Institucionais

Ação 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único

Ação 3 - Enfrentamento à Desinformação

Ação 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e Fiscalização

Ação 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social

Ação 6 - Fortalecimento da Participação Social

Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade

Grupo Técnico 2 - Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS

Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC

Por meio das ações e dos Grupos Técnicos é desenvolvida uma série de atividades e o aprofundamento de temas específicos, além de estrategicamente sugerir e articular agendas que visam soluções estruturantes para os desafios da política social.

O Plano de Ação foi lançado no dia 18 de março, no auditório do MDS, e contou com a participação de diversas autoridades, servidores, pessoas e entidades atuantes na Assistência Social. O evento foi transmitido pelo *Youtube*, por meio do link abaixo é possível assistir ao lançamento e as intervenções dos membros.

<https://www.youtube.com/watch?v=IdgOalmIRHk>



A seguir, observa-se a descrição das atividades de cada ação e grupo técnico, referentes ao primeiro semestre de 2025:

AÇÃO 1 - Organização das Missões Institucionais

A ação é coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC/MDS e conta com o apoio de todas as instituições que compõem a RFBC. Seu objetivo é fortalecer a presença da Rede nos territórios, promovendo diálogos entre instituições e sociedade civil para orientar a correta aplicação do repasse dos recursos federais, a integridade dos dados e a adequada focalização do Bolsa Família e Cadastro Único.

Para isso, a primeira atividade dessa ação foi a aprovação, pelo colegiado, **dos critérios para seleção de municípios e o protocolo das visitas da RFBC**. Assim, para definição dos estados e municípios que receberão as missões institucionais da Rede Federal, entendeu-se ser necessário observar os seguintes critérios:

- a. Diversidade Regional;
- b. Quantidade de inscritos no Cadastro Único do município;
- c. Relevância de denúncias de fraudes e irregularidades;
- d. Boas práticas de atuação do Controle Social e de gestão do SUAS;
- e. Porcentagem de execução dos recursos repassados pelo Governo Federal;
- f. Índices de Gestão Descentralizada (IGD);
- g. Índice de Vulnerabilidade das Famílias com Cadastro Único (IVCAD);
- h. Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH);
- i. Índice de Qualidade de Vida;



Nesse sentido, em observância aos critérios descritos acima, os(as) membros(as) da RFBC apresentaram sugestões de realizações de missões nas seguintes cidades: Brasília/DF, Pau Brasil/BA, Cabo de Santo Agostinho/PE, além dos estados do Maranhão e Roraima.

Diante disso, ficou decidido na Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de abril, que em 2025 o **Distrito Federal** será priorizado na intensificação dos diálogos interinstitucionais com a presença da RFBC no território.

Soma-se a esse cenário o recebimento do Ofício nº 415/2025-CDDHCLP, por meio do qual a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal apresentou relevantes apontamentos sobre a política de Assistência Social no Distrito Federal, com ênfase no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único.

No intuito de colaborar com os apontamentos apresentados e promover os diálogos entre as instituições, no dia 30 de junho, ocorreu uma reunião entre membros da RFBC e representantes da referida Comissão, quando foi possível aprofundar as discussões e construir encaminhamentos conjuntos que fortaleçam a promoção dos direitos sociais no Distrito Federal.

Em continuidade à missão no Distrito Federal, serão promovidos encontros com os entes envolvidos na Política de Assistência Social, além do Conselho de Assistência Social do DF, movimentos sociais, universidades, trabalhadores/as do SUAS, sindicatos, Tribunal de Contas do DF, Defensoria Pública do DF e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A expectativa é aprimorar e qualificar o Cadastro Único, bem como aperfeiçoar os me-

canismos de fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família na capital federal.

Outra importante atividade realizada no âmbito desta ação foi a **devolutiva da Missão São Paulo**, em fevereiro do corrente ano, com o retorno das demandas apresentadas na missão ocorrida em 2024.

Para isso, no dia 19 de fevereiro, a Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único se reuniu com gestões municipal e estadual, Conselhos de Assistência Social do estado e do município, movimentos sociais e representantes da sociedade civil de São Paulo, além de representantes da Defensoria Pública do estado de São Paulo e da Defensoria Pública da União.

A missão resultou na identificação de avanços, divididos em seis eixos principais:

Melhoria na Estrutura de Atendimento do Cadastro Único (CadÚnico)

- Implementação de um protocolo nacional de atendimento.
- Criação do Departamento de Promoção do Acesso a Programas Sociais.

Padronização dos Atendimentos na Rede Socioassistencial

- Lançamento do novo sistema do CadÚnico.
- Criação de uma aba no Observatório do Cadastro Único para monitoramento dos conselhos.
- Integração do prontuário eletrônico do SUAS ao CadÚnico.

Divulgação de Informação

- Produção de cartilhas informativas sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o CadÚnico.
- Campanhas para combater a desinformação e ampliar o conhecimento sobre os benefícios sociais.

Capacitação das Equipes e Conselheiros

- Cronograma de capacitação para conselheiros do CNAS.
- Parceria com o Ministério da Educação para profissionalização de entrevistadores do CadÚnico.

Estrutura Orçamentária

- Publicação de portarias para otimizar o uso do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).
- Defesa da continuidade dos recursos do PROCADSUAS para estados e municípios.

Centralidade do CadÚnico em Políticas Públicas

- Fortalecimento das entidades de controle social relacionadas ao Cadastro Único.
- Criação do Departamento de Promoção do Acesso a Programas Sociais para monitoramento e ampliação do acesso aos benefícios.

Em continuidade ao diálogo e acompanhamento do município, uma nova reunião de avaliação com os atores institucionais está prevista para o segundo semestre de 2025. A expectativa é que as medidas propostas tragam melhorias concretas para o acesso e a gestão dos programas sociais de

São Paulo e em todo o país. Apesar dos avanços, alguns desafios ainda seguem em discussão pela Rede, como a precariedade orçamentária do SUAS que compromete a completude e efetividade da Política Nacional de Assistência Social.





Em março, a RFBC foi apresentada aos participantes do **Seminário de Formação e Acolhida de Gestor(es) Municipais da Assistência Social na Região Sul**, no painel 7 que tratou sobre o “Programa Bolsa Família: desenho inter-setorial e condicionalidades, gestão local na operação do IGD PBF e orientações da Rede Federal de Fiscalização”. O evento ocorreu de 19 a 21 de março e contou com a participação de representantes da SNAS, da SENARC e da SAGICAD.



Outra importante articulação no âmbito desta ação foi a participação da Rede no **Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Maranhão**, em São Luís, no dia 24 de abril, onde foi promovida a oficina “O Programa Bolsa Família no combate à fome e a pobreza e os mecanismos de qualificação e fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único”,

que contou com apresentações da SENARC, da SAGICAD e da Coordenação da RFBC, além de reunião com a gestão local do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.





Por meio da ação 1, pretende-se ter um mapeamento da variedade de características que compõem a assistência social brasileira, especialmente o CadÚnico e o Programa Bolsa Família, além de promover as demandas dos territórios em articulação com o Governo Federal e como de outros parceiros institucionais, para que deem as devolutivas e os resultados de suas competências aos entes federados e a toda sociedade.

AÇÃO 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único

A ação 2 busca implementar as estratégias de prevenção, detecção precoce e mitigação de fraudes. Sob a coordenação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS) e com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria-Executiva (SE/MDS), foi instituída em 2024 a **Unidade de Gestão de Riscos do Cadastro Único, atualmente lotada na SAGICAD**.

O objetivo é consolidar diretrizes para a gestão de riscos e fiscalização, com foco na prevenção, detecção precoce e mitigação de irregularidades e fraudes, além de aprimorar os processos de qualificação e confiabilidade dos dados.

A unidade tem um papel fundamental para garantir o tratamento de suspeitas de fraudes no Cadastro e para contribuir com a efetivação dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, respeitando o princípio da não criminalização da pobreza.

Para tanto, em 24 de março de 2025, foi publicada a **Instrução Normativa n° 1/SAGICAD/MDS**, que estabelece procedimentos para gestão de riscos, prevenção e tratamento de suspeitas de fraudes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A normativa estabelece estratégias claras para o enfrentamento de fraudes, definindo de forma objetiva as responsabilidades dos gestores estaduais e municipais. Com

essa medida, o governo federal aprimora os processos de gestão de riscos, prevenção e tratamento de fraudes, além de proporcionar respostas mais precisas e detalhadas aos denunciantes.

A instrução normativa tipifica fraudes da seguinte forma:

- 1. Fraude cibernética:** em caso de suspeitas de fraude cibernética, são estipuladas medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude e medidas de verificação documental.
- 2. Fraude cometida por agentes públicos:** em caso de suspeitas de fraude cometida por agente público, são necessárias medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude, avaliação da conduta de agentes públicos nas atividades de identificação e entrevista das famílias, de preenchimento dos formulários de cadastramento e de inclusão, exclusão e atualização cadastral e instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar com o fim de apurar a incidência de dolo e má-fé na conduta do agente em suspeição, de determinar a materialidade do fato e de especificar a extensão do dano (inclusive o eventual pagamento indevido de benefícios sociais).
- 3. Fraude cometida por cidadãos:** para suspeitas de fraude cometida por cidadão, medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude e instauração de processo administrativo, conforme regras do art.º 35 da Portaria MC nº 810/ 2022, com garantia do contraditório e da ampla defesa, com o fim de constatar a situação familiar e aferir ocorrência de

omissão ou prestação de informações inverídicas com indicação dos elementos constitutivos de dolo e má-fé.

Procedimentos estabelecidos:

A instrução normativa detalha uma série de procedimentos que devem ser seguidos para identificar, avaliar e mitigar riscos associados ao Cadastro Único. Esses procedimentos incluem:

- **Gestão de Riscos:** Implementação de práticas sistemáticas para identificar e avaliar riscos, com o objetivo de prevenir fraudes e garantir a precisão dos dados cadastrados.
- **Prevenção de Fraudes:** Adoção de medidas preventivas para evitar a ocorrência de fraudes, incluindo a verificação periódica dos dados e a utilização de tecnologias avançadas para monitoramento e análise.
- **Tratamento de Suspeitas de Fraudes:** Definição de processos claros para investigar e tratar suspeitas de fraudes, garantindo que todas as irregularidades sejam devidamente apuradas e corrigidas.

A RFBC tem como prioridade buscar garantir a integridade e a eficácia dos programas sociais, como o Bolsa Família e o Cadastro Único, e para a prevenção de fraudes atua em diversas frentes dentro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Nessa direção, estão previstas entre as atividades que serão desenvolvidas no decorrer no ano vigente, a **articulação com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)** para fomentar a **inclusão do MDS do Sistema Brasileiro de Inteligência**

(SISBIN), além de outras iniciativas que contam com assessoramento da agência de inteligência.

Nessa perspectiva, no dia 16 de maio de 2025, em parceria com a ABIN, a RFBC promoveu a **Oficina sobre o Programa Nacional de Proteção e Conhecimento Sensível (PNPC)**, direcionada aos membros da Rede e aos servidores do MDS. Ao todo, 38 profissionais das secretarias do MDS foram capacitados durante o evento.

Também cabe destacar que a oficina teve como objetivo principal a sensibilização de gestores sobre a proteção do conhecimento sensível e, em continuidade ao processo formativo, outras atividades e ações de sensibilização voltadas à proteção de informações estratégicas e à promoção da cultura de segurança institucional desenvolvidas no âmbito do PNPC serão ofertados no segundo semestre e representarão um avanço na inteligência institucional.

Como desdobramento da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a ABIN/SISBIN, no dia 23 de maio, foi enviado ofício às unidades do MDS contendo o portfólio de palestras sobre o Programa Nacional de Proteção de Conhecimentos Sensíveis (PNPC), juntamente com a solicitação de manifestação de interesse por parte das unidades.

Nesse contexto, pretende-se promover no segundo semestre, capacitações relacionadas à temas como: sensibilização; proteção de conhecimentos sensíveis; sensibilização para gestores; espionagem econômica/industrial; redes sociais: práticas de segurança; engenharia social; reuniões sensíveis; proteção do celular; viagens ao exterior; segurança na internet; visita de delegações estrangeiras; trabalho remoto; uso responsável de



inteligência artificial; e recebimento de delegações e autoridades nacionais.

Essa iniciativa reforça o compromisso da RFBC e do MDS com a proteção de informações sensíveis e a promoção de uma gestão pública mais segura e eficiente.





AÇÃO 3 - Enfrentamento à Desinformação

A ação 3 é coordenada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e conta com o apoio de todas as instituições que compõem a RFBC, especialmente as assessorias de comunicação dos ministérios e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM /PR).

Essa ação é um importante marco para a RFBC e se concentra no enfrentamento à desinformação sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único, fortalecendo a confiança pública nos programas sociais.

Para colaborar com essa estratégia impulsionada pela RFBC, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, por meio do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa Nacional de Imunizações e outras Políticas de Saúde Pública, instituído pelo Decreto nº 11.753/2023, promoveu a **capacitação “Fortalecendo a Resiliência Institucional contra a Desinformação: Capacitação e Estratégias para as CONJUR e ASCOM”**, voltada às Consultorias Jurídicas e Assessorias de Comunicação dos Ministérios do Governo Federal.

O intuito da capacitação foi apresentar os fluxos e fornecer instrumentos para a formulação de estratégias para enfrentamento à desinformação, em âmbito comunicacional e jurídico, referentes às suas próprias áreas técnicas.

Também cabe mencionar que em parceria com a RFBC, a Procuradoria Nacional da União da Defesa da Democracia (PNDD) da AGU está realizando **estudo sobre as narrativas de disseminação de desinformações sobre o Programa Bolsa Família**, visando subsidiar a AGU e demais entes na

formulação de respostas jurídicas adequadas e na atuação coordenada para a proteção da integridade institucional do programa e ao direito adquirido das pessoas beneficiárias.

Por meio da ação 3 estão sendo desenvolvidas atividades como:

- a criação de um *hotsite* dentro da página oficial do MDS dedicado ao combate da desinformação;
- o monitoramento prévio e avaliação de riscos para evitar a disseminação de *fake news*;
- o desenvolvimento de protocolos de atuação e capacitação de trabalhadores do SUAS;
- a ampliação da articulação com a rede de assistência social territorial para disseminação de informações precisas;
- o estabelecimento de fluxos com a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União (PNDD-AGU) para realização de notificações extrajudiciais, quando necessárias;
- a criação de um Comitê Interministerial com o objetivo de propor estratégias para defender os programas sociais e combater a desinformação relacionada ao PBF e ao Cadastro Único.



AÇÃO 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e da Fiscalização

Essa ação visa o fortalecimento da cooperação entre a Rede e órgãos de controle e fiscalização, aprimorando auditorias e gestão de irregularidades. A ação 4 é coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

Entre as atividades desenvolvidas pelo grupo, destacam-se as **tratativas para ampliação do Plano de Trabalho do ACT nº 1 entre o MDS e a ATRICON**, que objetiva o intercâmbio de dados, de informações e de conhecimento relacionados ao CadÚnico.

Nesse sentido, a RFBC, através da coordenação, propôs a inclusão de novas metas no Acordo, conforme a seguir:

- i. Contribuir com a fiscalização referente ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único junto aos conselhos municipais**, com base nos planos de fiscalização elaborados por estes.
- ii. Colaborar com a fiscalização referente ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único nos municípios críticos em número de denúncias** recebidas e encaminhadas pelo MDS, por meio da notificação das gestões municipais e de seu acompanhamento.

Diante disso, em 21 de janeiro, ocorreu a **primeira reunião técnica destinada aos pontos focais dos corpos técnicos dos Tribunais de Contas brasileiros** que aderiram ao Acordo. Realizado em formato virtual, o encontro foi promovido pela SAGICAD/MDS em colaboração com a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC).



O encontro promoveu o compartilhamento de noções gerais sobre o Cadastro Único, sua operacionalização e o cruzamento de dados, além de oferecer orientações técnicas sobre protocolos de transferência de arquivos e acesso a dados. Esses aspectos foram essenciais para garantir a execução eficiente do plano de trabalho em vigor.

Foi reforçado o compromisso dos Tribunais de Contas e do MDS com a qualificação e transparência na gestão dos programas sociais. Futuras reuniões técnicas serão organizadas para dar continuidade ao plano de trabalho e aprofundar a colaboração entre as instituições.

Essa iniciativa que intenciona o intercâmbio de dados e a colaboração mútua, representa um passo importante na promoção da transparência e na prevenção de fraudes nos programas sociais do Governo Federal, buscando garantir que os recursos destinados aos mais necessitados sejam utilizados de forma correta e eficiente.

Também merecem destaque, os diálogos realizados para a formalização de **Acordo de Cooperação com a Polícia Federal** e que atualmente, está passando por análises técnicas e jurídicas nos órgãos. Essa parceria objetiva viabilizar ações preventivas e repressivas a fraudes relacionadas a benefícios sociais do Governo Federal e a criação de um grupo de trabalho entre o MDS e a Polícia Federal para o tratamento de denúncias referente a fraudes no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único.



Em continuidade às atividades da ação, recentemente, a Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou ao Colegiado, dois relatórios que avaliam aspectos cruciais do sistema de proteção social brasileiro. Os estudos integram as ações do programa **“CGU Presente”**, que promove visitas técnicas e contato direto com gestores e usuários nos municípios e estados, com foco na qualificação das políticas públicas.

O primeiro relatório trouxe uma avaliação sobre o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, tanto estaduais quanto municipais, responsáveis pelo controle social da política pública de assistência. O levantamento, que abrangeu 25 estados, o Distrito Federal e 69 municípios, incluiu 384 entrevistas com conselheiros e 95 com gestores locais.

O segundo relatório apresentado pela CGU abordou a gestão e operacionalização das condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, exigências legais para que as famílias permaneçam no programa.

A análise, realizada em 2024, envolveu entrevistas em todos os estados, no Distrito Federal e em 57 municípios. Foram ouvidos gestores, técnicos, conselheiros e beneficiários.

Portanto, é por meio da ação 4 que se promovem os diálogos para ações integradas de controle e fiscalização e a construção de estratégias coordenadas e territorializadas.





Outro trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) refere-se à auditoria relacionada às famílias unipessoais no CadÚnico. O relatório final encontra-se em fase de consolidação, com a visita aos municípios já concluída; os resultados serão apresentados no próximo semestre. Essa auditoria foi solicitada pelo MDS e priorizada pela CGU, o que se relaciona com sua relevância estratégica.

AÇÃO 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social

A ação 5 está sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), conta com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Controladoria-Geral da União - CGU, e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e tem o objetivo de divulgar e incentivar a adoção de prá-

ticas eficientes para aprimorar a gestão e a fiscalização dos programas sociais.

Nesse processo de construção coletiva e com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o Plano de Ação, a Rede promoveu um **Encontro com a professora Dra. Aldaiza Sposati**, referência nacional e internacional em políticas públicas de assistência social.



Com longa trajetória acadêmica na área da proteção social, a professora Sposati trouxe contribuições fundamentais à reflexão sobre os desafios e caminhos para a fiscalização e o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda no Brasil e para a estruturação do SUAS.

Na oportunidade, a convidada também jogou luz sobre a participação social e a necessidade de tecer estratégias para efetivar o controle e implementar o plano de fiscalização.

Assim, há um planejamento, no decorrer deste ano, de realizar o mapeamento de boas práticas dos conselhos e da ges-

tão, a partir do desenvolvimento de planos de acompanhamento, de fiscalização, de avaliação da gestão e de operacionalização do PBF e do Cadastro Único, conforme Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024.



Um passo importante para isso, é a integração de iniciativas fomentadas pela RFBC à Premiação Simone Albuquerque em sintonia com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), visando premiar as **Experiências Exitosas de Gestão e de Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**.

Essa é uma iniciativa de reconhecimento e divulgação das melhores práticas de gestão e de controle social com ênfase no acompanhamento, fiscalização, gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único (CadÚnico).

O prêmio é um marco que reconhece aqueles que constroem o Sistema Único de Assistência Social, além de propiciar

o compartilhamento de boas práticas e a criação de soluções inovadoras. A cerimônia de entrega da premiação ocorrerá durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, prevista para o segundo semestre, de 6 a 9 de dezembro.

AÇÃO 6 - Fortalecimento da participação social nos programas usuários do CadÚnico e das condicionalidades do programa Bolsa Família

Esta ação busca fortalecer o envolvimento das entidades de controle social, aprimorando as informações e a gestão dos programas. Para isso, contamos com a liderança da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), e da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MDS).

O estabelecimento de canais de diálogo com entidades do controle social relacionadas aos programas usuários e aos GPTEs do Cadastro Único, com foco nas políticas ligadas às condicionalidades do PBF, é fundamental para fortalecer o controle social e realizar a escuta ativa dos usuários do SUAS e, a partir disso, aprimorar as condicionalidades do maior programa de transferência de renda do País.

Nesse cenário, na manhã do dia 28 de maio, a RFBC teve a satisfação de participar da **Reunião do Conselho de Participação Social (CPS)** para apresentar o trabalho que vem sendo realizado pelo Colegiado.



O Conselho de Participação Social se consolida como espaço de diálogo e interlocução entre o governo e a sociedade civil, promovendo a participação social na elaboração e execução de políticas públicas, e é composto por 68 representantes da sociedade civil, por movimentos sindicais e populares e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

A apresentação da RFBC no Conselho de Participação Social marcou o início de uma nova fase do diálogo com a sociedade civil, que será intensificado no segundo semestre do corrente ano.





Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade

O Grupo Técnico 1 é voltado à consolidação de uma mesa permanente de diálogo e negociação, com vistas à redução de prazos e à prevenção de demandas passíveis de judicialização.

O GT é coordenado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e conta com apoio da Consultoria Jurídica do MDS (CONJUR) e da Defensoria Pública da União (DPU).

Em 2025 a primeira pauta do GT se deu no contexto da **Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública da União em Mato Grosso do Sul**, que trata da inclusão do Registro Nacional Migratório (RNM) entre os documentos com dados biométricos aceitos pela União e pelo INSS para fins de concessão do BPC.

Para tratar sobre essa pauta, em maio, as instituições reuniram-se na busca por consenso interinstitucional sobre a viabilidade técnica, jurídica e operacional da proposta de acordo, a fim de garantir o direito ao BPC para pessoas migrantes, contribuindo para a desjudicialização e para a ampliação do acesso equitativo às políticas públicas de proteção social.

A iniciativa representa um avanço na efetivação dos direitos de cidadania. O acordo segue em tramitação no âmbito das instituições, com a expectativa de assinatura para o segundo semestre.



Grupo Técnico 2 - Orçamento Fiscalização e Estruturação do SUAS

O Grupo Técnico 2 é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), por meio da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e busca ampliar estratégias para impulsionar investimentos e fortalecer a assistência social brasileira.

Para esse ano, o Grupo tem se debruçado em **Discussões acerca dos desafios da Lei de Responsabilidade Fiscal para a Assistência Social**, também na **Recomposição do orçamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** aloocado no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para co-financiamento dos serviços socioassistenciais, do Programa Primeira Infância e do Índice de Gestão Descentralizada.

A RFBC e o FNAS elaboraram Notas Técnicas com a fundamentação técnica e jurídica, análises, dados e histórico acerca de cada tema, com o intuito de subsidiar as discussões das pastas e apresentá-las em agendas institucionais com outras áreas do Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Acerca da recomposição do orçamento evidencia-se que o SUAS vai muito além da política de garantia de renda, permitindo compreender os impactos que o subfinanciamento pode causar à população mais vulnerável – como a sobrecarga das redes locais, a interrupção de serviços, a descontinuidade de atendimentos e o aumento da judicialização da proteção social.

Nessa direção, o GT 2 segue na agenda de articulação com órgãos de Planejamento e Orçamento, Legislativo, Conselhos de Assistência Social e outros espaços, a fim de garantir os recursos para o fortalecimento da política de Assistência Social.



Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do BPC

O Grupo Técnico 3 tem como objetivo discutir e propor medidas para o aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com foco na melhoria da gestão, da governança interinstitucional e da integração de sistemas e fluxos operacionais. O grupo é coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Até o momento, foram realizadas três reuniões do GT. A primeira, em 11 de abril de 2025, teve caráter de alinhamento inicial entre os integrantes, com definição das entregas esperadas e dos principais eixos de discussão. Foram pactuadas **três entregas centrais**: (i) **Proposta de estrutura no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para a gestão do BPC, considerando pontos de atuação, cargos e a articulação com carreiras transversais**; (ii) **Mapeamento atualizado dos fluxos de trabalho e de governança envolvendo o MDS, o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**; e (iii) **Proposta de operacionalização do Comitê Gestor do BPC**. Também está prevista a construção de um painel de monitoramento sobre o benefício, com funcionalidades internas e interface pública.

As reuniões subsequentes seguiram o cronograma de debates técnicos pactuado pelo grupo. Em 25 de abril de 2025, foram trazidas ao GT as discussões já em curso no âmbito da Casa Civil que se relacionam ao BPC. Em 15 de maio de 2025, foram apresentados os principais desafios e gargalos operacionais relacionados à análise e concessão do BPC, com enfoque nos procedimentos atualmente adotados pelo INSS.

O cronograma de atividades do GT prevê reuniões mensais com aprofundamento temático, abrangendo os seguintes eixos: Gestão e Operação; Avaliações tempestivas; Acompanhamento dos Beneficiários; e Mapeamento de Judicialização.

Destaca-se, como uma das entregas relevantes do GT 3, a contribuição efetiva de suas diretrizes para as proposições, atuamente em negociação, no âmbito do **Acordo da Ação Civil Pública que trata do reconhecimento do Registro Nacional Migratório (RNM) como documento válido para fins de comprovação biométrica de pessoas estrangeiras no acesso ao BPC**. Essa articulação evidencia o compromisso interinstitucional com a promoção da equidade no acesso aos direitos socioassistenciais, com a superação de barreiras administrativas e com a redução da litigiosidade, buscando garantir que o acesso aos direitos sociais ocorra de forma desjudicializada.

Desde 1º de setembro de 2024, a exigência de comprovação biométrica para requerentes do BPC – por meio da Carteira de Identidade Nacional (CIN), do título eleitoral ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – tem representado um entrave significativo para migrantes internacionais. Em grande parte dos casos, esses beneficiários possuem apenas o RNM como documento oficial de identificação, que ainda não está integrado aos sistemas de verificação biométrica utilizados pelo INSS. Como consequência, diversos requerimentos foram paralisados ou indeferidos, com a emissão de exigências administrativas que dificultam ou inviabilizam o acesso ao benefício, especialmente entre a população migrante idosa ou com deficiência, já inserida em contextos de acentuada vulnerabilidade social. O GT também apresentará um relatório parcial em outubro de 2025 e um relatório final de suas atividades em janeiro de 2026.



DESTAQUES DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA RFBC NO PRIMEIRO SEMESTRE

- **Parceria com a ATRICON:** Realização de reunião técnica com os pontos focais dos corpos técnicos dos Tribunais de Contas brasileiros, para o compartilhamento de noções gerais sobre o Cadastro Único, sua operacionalização e o cruzamento de dados, além de oferecer orientações técnicas sobre protocolos de transferência de arquivos e acesso a dados.
- **Devolutiva da Missão São Paulo:** Realização de reunião com as gestões municipal e estadual, Conselhos de Assistência Social do estado e do município, movimentos sociais e representantes da sociedade civil de São Paulo, além de representantes da Defensoria Pública do estado de São Paulo e da Defensoria Pública da União com apresentação dos avanços e o retorno das demandas apresentadas na missão ocorrida em 2024.
- **Articulações Interinstitucionais:** **(a)** Participação do Seminário de Formação e Acolhida de Gestoras(es) Municipais da Assistência Social na Região Sul; **(b)** Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Maranhão, em São Luís.

➤ **Gestão de Risco no Cadastro Único:** Fomento a publicação da Instrução Normativa nº 1/SAGICAD/MDS, que estabelece procedimentos para gestão de riscos, prevenção e tratamento de suspeitas de fraudes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

➤ **Parceria com a ABIN:** Realização de oficina sobre o Programa Nacional de Proteção e Conhecimento Sensível (PNPC), acerca da proteção do conhecimento sensível para gestores.

➤ **Parceria com a Polícia Federal:** Alinhamento institucional para formalização de acordo de cooperação e a criação de um grupo de trabalho entre o MDS e a Polícia Federal para o tratamento de denúncias referente às fraudes no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único.

➤ **Programa CGU Presente:** Debate sobre os estudos que integram as ações do programa “CGU Presente”, especialmente o relatório sobre a avaliação quanto ao funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e o relatório da gestão e operacionalização das condicionalidades do Bolsa Família.

➤ **Controle Social: (a)** Diálogos com o CNAS para integração de iniciativas fomentadas pela RFBC à Premiação Simone Albuquerque, visando premiar as

Experiências Exitosas de Gestão e de Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS); **(b)** Reunião com a professora Dra. Aldaiza Sposati sobre os desafios e caminhos para a fiscalização e o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda no Brasil e para a estruturação do SUAS.

➤ **Participação Social:** Participação na reunião do Conselho de Participação Social (CPS), que marca o início de uma nova fase de diálogo com a sociedade civil e a ampliação da participação social nos programas usuários do CadÚnico e das condicionalidades do PBF.

➤ **Redução de Litigiosidade:** Diálogos com a DPU para discutir os termos do Acordo da Ação Civil Pública que trata da inclusão no Registro Nacional Migratório – RNM, como documento válido para comprovação de dados biométricos de migrantes para requerimento do BPC.

➤ **Orçamento e Estruturação do SUAS:** Construção das Notas Técnicas sobre os limites prudenciais da LRF e sobre a recomposição do orçamento do SUAS para subsidiar a agenda de diálogos com áreas estratégicas do Governo Federal e o Congresso Nacional.

➤ **Aperfeiçoamento do BPF:** Estabelecimento de calendário de reuniões e intenso debate sobre temas que estruturam a gestão do BPC.

CONCLUSÃO

O primeiro semestre de 2025 representou um período de consolidação e avanços expressivos para a RFBC. A implementação do Plano de Ação 2025, estruturado nos eixos estratégicos de prevenção, fiscalização e qualificação, possibilitou uma atuação coordenada e integrada, resultando em importantes progressos na garantia da integridade, transparência e eficiência da política pública de assistência social.

Apesar dos avanços alcançados, a RFBC reconhece desafios persistentes, como a limitação orçamentária do SUAS, que compromete a implementação adequada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além da necessidade de ampliar as capacitações para gestores municipais e conselheiros.

Para o segundo semestre de 2025, a Rede orientará suas ações na expansão das missões institucionais, na implementação do *hotsite* de combate à desinformação, no estabelecimento de protocolos para recebimento de denúncias, no fortalecimento do Comitê Gestor do BPC, na definição das estratégias para o financiamento do SUAS e na consolidação das parcerias com órgãos de controle.

A RFBC mantém seu compromisso com uma gestão pública pautada na transparência, na participação social e na eficiência, garantindo que os recursos públicos sejam direcionados às famílias que mais necessitam. Os resultados obtidos até o momento reforçam a importância da articulação federativa e do controle social como pilares indispensáveis para o desenvolvimento de uma política de assistência social ética, justa e



alinhada aos princípios constitucionais, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades no país.

Neste contexto, a RFBC se posiciona como um instrumento estratégico para a defesa e qualificação da política pública de assistência social, concebida como direito de cidadania e dever do Estado, em estrita consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo SUAS.

CATÁLOGO DE NOTÍCIAS

Reunião técnica reforça cooperação entre Tribunais de Contas e Cadastro Único para Programas Sociais

Reunião serviu para especialistas apresentarem conceitos, normas e procedimentos relacionados ao CadÚnico, promovendo uma base sólida de conhecimento para aprimorar o uso desse instrumento de gestão pública.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reuniao-tecnica-reforca-cooperacao-entre-tribunais-de-contas-e-cadastro-unico-para-programas-sociais>

Fala MDS: Conheça a relevância do Bolsa Família e do Cadastro Único

As convidadas são a secretária Nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino, e a secretária de Gestão da Informação e Cadastro Único, Letícia Bartholo. As duas representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) falam sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único.

<https://soundcloud.com/mindesenvolvimento/fala-mds-conheca-a-relevancia-do-bolsa-familia-e-do-cadastro-unico-para-o-desenvolvimento-social>

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família aprova Plano de Ação para 2025

Documento foi validado durante a primeira reunião ordinária do ano e está estruturado em três principais eixos.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia-aprova-plano-de-acao-para-2025>

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família é apresentada à nova procuradora-geral da União

Reunião serviu para especialistas apresentarem conceitos, normas e procedimentos relacionados ao CadÚnico, promovendo uma base sólida de conhecimento para aprimorar o uso desse instrumento de gestão pública.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reuniao-tecnica-reforca-cooperacao-entre-tribunais-de-contas-e-cadastro-unico-para-programas-sociais>

Missão São Paulo: devolutiva aponta avanços e desafios para a assistência social

A Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único se reuniu com gestões municipal e estadual, Conselhos de Assistência Social do estado e do município, movimentos sociais e representantes da sociedade civil.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/misao-sao-paulo-devolutiva-aponta-avancos-e-desafios-para-a-assistencia-social>

MDS e Polícia Federal estudam parceria para fortalecer o combate às fraudes no Cadastro Único

O aprimoramento da fiscalização e prevenção de fraudes são alguns dos eixos previstos no Plano de Ação de 2025 da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-e-policia-federal-estudam-parceria-para-fortalecer-o-combate-as-fraudes-no-cadastro-unico>

Protocolo assinado entre o MDS e a DPU promove avanços e aperfeiçoamento na governança do Programa Bolsa Família

Parceria firmada em 2024 permitiu aprimoramento de procedimentos, como acesso facilitado e maior compreensão das



informações de gestão do Programa Bolsa Família por parte da DPU.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protocolo-assinado-entre-o-mds-e-a-dpu-promove-avancos-e-aperfeiçoamento-na-governança-do-programa-bolsa-família>

Fortalecimento do Bolsa Família e do CadÚnico: Rede Federal lança Plano de Ação para 2025

A iniciativa tem como objetivo reforçar a transparência, aprimorar a fiscalização das gestões e combater fraudes.

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/fortalecimento-do-bolsa-família-e-do-cadúnico-rede-federal-lança-plano-de-acao-para-2025>

Autoridades participam do lançamento do Plano de Ação 2025 da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico nesta terça (18.03)

Evento reúne ministros, parlamentares e representantes de órgãos de controle para fortalecer estratégias de qualificação, fiscalização e prevenção a fraudes nos programas sociais.

[Autoridades participam do lançamento do Plano de Ação 2025 da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico nesta terça \(18.03\)](#)

Fala MDS: Rede de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico apresenta plano de aprimoramento dos programas sociais

Documento detalha reforço nos eixos de atuação, com a definição de novas ações e ainda com a instalação de mais um Grupo de Trabalho dedicado exclusivamente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fala-mds-rede-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia-e-cadunico-apresenta-plano-de-aprimoramento-dos-programas-sociais>

Saiba o que é e como funciona a Rede Federal de Fiscalização

O consultor Jurídico do MDS, João Paulo Santos, explica como opera o colegiado, que tem como objetivo proteger as pessoas que necessitam dos programas sociais, e o Plano de Ação para 2025.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/saiba-o-que-e-e-como-funciona-a-rede-federal-de-fiscalizacao>

Plano de Ação da RFBC é debatido em reunião com a professora Dra Aldaiza Sposati

Sposati trouxe reflexões sobre os desafios e caminhos para a fiscalização e o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda e para a estruturação do SUAS.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/plano-de-acao-da-rfbc-e-debatido-em-reuniao-com-a-professora-dra-aldaiza-sposati>

Rede Federal realiza primeira reunião do GT para aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada

Encontro marca início de ações integradas entre órgãos para fortalecer a gestão do BPC, ampliar o controle e garantir mais transparência na política assistencial.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-realiza-primeira-reuniao-do-gt-para-aperfeiçoamento-do-beneficio-de-prestacao-continuada>

MDS e MGI debatem instalação de Grupo Técnico para aperfeiçoamento do BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-e-mgi-debatem-instalacao-de-grupo-tecnico-para-aperfeiçoamento-do-bpc>

Rede Federal discute estratégias para fortalecer programas sociais e ampliar o controle social

Encontro reuniu representantes de diversas instituições do Governo Federal e debateu temas como o aprimoramento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-discute-estrategias-para-fortalecer-programas-sociais-e-ampliar-o-controle-social>

MDS realiza oficina sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível para Gestores

O encontro reuniu membros da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, além de áreas técnicas da pasta.



<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-realiza-oficina-sobre-o-programa-nacional-de-protacao-e-conhecimento-sensivel-para-gestores>

CGU aponta desafios e melhorias para conselhos de assistência social e gestão das condicionalidades do Bolsa Família

Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou, na quinta-feira (5.06), dois relatórios que avaliam aspectos cruciais do sistema de proteção social brasileiro. A entrega dos documentos ocorreu durante a reunião da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único, realizada no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em Brasília.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cgu-aponta-desafios-e-melhorias-para-conselhos-de-assistencia-social-e-gestao-das-condicionalidades-do-bolsa-familia#:~:text=Desenvolvimento%20Social-,CGU%20aponta%20desafios%20e%20melhorias%20para%20conselhos%20de%20assist%C3%A7%C3%A3o%20social,das%20condicionalidades%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia&text=A%20Controladoria%20Geral%20da%20Uni%C3%A3o,sistema%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20brasileiro.>

Podcast - Fala MDS: Rede de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico apresenta plano de aprimoramento dos programas sociais

A Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do Cadastro Único atua desde 2023 na garantia da transparência, no aprimoramento e na fiscalização das gestões do Bolsa Família e do CadÚnico. Além disso, opera no combate a fraudes, fazendo com que os benefícios sociais cheguem realmente a quem mais precisa deles. Neste mês de março, a Rede lançou o Plano de Ação para 2025, com reforço dos eixos de atuação, com a definição de novas ações e ainda a instalação de mais um Grupo de Trabalho dedicado exclusivamente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

https://open.spotify.com/episode/1FI4YhBLY3ztsBSPriM-n0n?si=jzLtTiLMR7SsNYAN-rG7Vw&nd=1&dl_si=828b-50dc277041c3

Podcast - Fala MDS: Portaria atualiza normas de Regra de Proteção do Programa Bolsa Família

A empregabilidade em alta no país motivou o Governo Federal a rever as normas e atualizar a Regra de Proteção, que é uma segurança para beneficiários do Bolsa Família que tem aumento de renda pelo emprego formal ou pelo empreendedorismo.

<https://open.spotify.com/episode/3jyrHjEaX5yxwpu517c88X>

Podcast – Fala MDS: Novo Cadastro Único desburocratiza a relação do cidadão com o Estado

O secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Rafael Osorio, é taxativo: o novo CadÚnico desburocratiza a relação do cidadão com o Estado. Em entrevista ao Fala MDS, ele apontou outras melhorias advindas com a reformulação.

<https://podcasts.apple.com/us/podcast/novo-cadastro-%C3%BAntico-desburocratiza-a-rela%C3%A7%C3%A3o-do/id1739838997?i=1000703915765>

AGRADECIMENTOS

MEMBROS DA REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO (RFBC)

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome (MDS):**

Secretaria – Executiva (SE)

João Paulo de Faria Santos, Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e Consultor Jurídico do MDS;

Érica Feitosa Coelho Marinho de Andrade, Coordenadora Suplente da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e Diretora do Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados e Apoio à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)

Clara Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;

Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica.

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operação;

Edson Moreira Lima, Gerente de Projeto.



Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD)

Francis da Silva Magalhães, Coordenador-Geral de Gestão de Risco do Cadastro Único;

Walter Shigueru Uemura, Diretor do Departamento de Gestão Contratual e Financeira.

Advocacia-Geral da União (AGU)

André Augusto Dantas Motta Amaral,
Consultor-Geral da União;

Clarice Costa Calixto, Procuradora-Geral da União.

Controladoria-Geral da União (CGU)

Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios;

Elias Fernandes de Oliveira, Gerente de Projetos na Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios.

Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

Itanamara Guedes Cavalcanti, Coordenadora-Geral de Atendimento e Sociedade;

Adelina Almeida Moreira de Araújo, Assessora da Secretaria Nacional de Participação Social.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Assessora Especial da Ministra;

Renan Mendes Gaya Lopes Santos, Diretor do Departamento de Infraestrutura de Dados Públicos.

INDICADOS ESPECIAIS

José Arimatéia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), **Coordenador do Grupo Técnico 2 - Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS**;

Raphael Ramos Monteiro de Souza - Procurador Nacional da União de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União (AGU), **Coordenador da Ação 3 - Enfrentamento à Desinformação**;

Norberto Montani Martins, Assessor Especial da Ministra do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), **Coordenador do Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)**.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA RFBC:

Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)

Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MDS)

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MDS)

Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MDS)

Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Defensoria Pública da União (DPU)

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV)

Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS)



Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS)
Ministério da Fazenda (MFAZ)
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
Ouvidoria-Geral (OUV/MDS)
Polícia Federal (PF)
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da
República (SECOM/PR)
Secretaria Nacional de Cuidados e Família (SNCF/MDS)
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)
Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA/MDS)
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPOG/MDS)

**DEPARTAMENTO DE RESOLUÇÃO DE AUXÍLIOS
DESCONTINUADOS E APOIO À REDE FEDERAL DE
FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO
CADASTRO ÚNICO**

Jaira da Silva Magalhães
Anayara Raissa Pereira de Souza
Fabiane Macedo Borges
Adda Luisa de Melo Sousa
Renato Cardozo Álvares Castro
Kelma Mariana Espíndola de Souza
Graziela de Melo Mantovaneli
Eduardo Melo Loiola
Élen Caldas



**ADVOCACIA-GERAL
DA UNIÃO**

**CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO**

SECRETARIA-GERAL

**MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

GOVERNO FEDERAL

